

# **Lutas e resistências das mulheres do campo no sudeste do Pará**

Kezia Vieira de Sousa<sup>1</sup>

## **RESUMO:**

A presente pesquisa tem como objetivo abordar as narrativas de mulheres camponesas que se constituíram lideranças do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no sudeste do Pará. O procedimento para realizar este trabalho foi entrevista de história de vida, com recurso metodológico da história oral, também foram utilizadas leituras bibliográficas e pesquisa documental. O trabalho com as mulheres que se constituíram lideranças mostram que essas mulheres enfrentam inúmeras tensões, violência, mortes na luta pela/na terra e ainda enfrentam tensões dentro do próprio sindicato em que atuam por parte dos companheiros em uma relação de gênero. Suas experiências e participação na luta pela terra possibilitaram um processo de reconstituição de sua identidade social na questão do gênero. Estas lutas proporcionaram uma composição de novas aspirações pessoais e sociais.

**PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Luta pela terra. Identidade.**

## **ABSTRACT**

This research aims to address the narratives of peasant women who constituted leaders of the Trade Union Movement of Rural Workers in southeast Pará. The procedure for this work was the life history interview with methodological feature of oral history also bibliographical and documentary research readings were used. Working with women who constituted leaders show that these women face numerous tensions, violence, deaths in the fight for / on earth and still face tensions within the union itself in acting from peers in a gender relationship. Their experiences and participation in the struggle for land enabled a process of reconstituting their social identity in gender issues. These struggles have provided a composition of new personal and social aspirations.

**KEYWORDS: Gender . Struggle for land. Identity.**

## **Introdução**

Neste trabalho, abordamos as narrativas orais de mulheres lideranças camponesas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MTTR) no sudeste do Pará, Josefa Sousa silva Albuquerque, mas popularmente chamada de Zefa<sup>2</sup>, atualmente reside no PA (Projeto de Assentamento) Grande Vitória, km 21, município de Marabá. Maria Joel Dias da Costa, mas popularmente chamada de Joelma<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC/UFPA Interior (2013). Estudante da Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins, UNIFESSPA/Campus Universitário de Marabá. Email: vieirakezia@hotmail.com

<sup>2</sup> Na continuidade do trabalho faremos referência a nossa entrevistada como dona Zefa.

<sup>3</sup> Na continuidade do trabalho faremos referencia a nossa entrevistada como dona Joelma

, reside em Rondon do Pará. Zudemir dos santos de Jesus, conhecida como Nicinha<sup>4</sup>, reside em Rondon do Pará.

Enfocando as dinâmicas de identidade vivenciadas na experiência da luta na qual emergem como lideranças do movimento sindical. A participação das mulheres na luta pela terra no sudeste do Pará não têm sido contestada. Contudo, tacitamente, ocorre uma gestão da memória social da luta pela terra que tem privilegiado a agência e o ponto de vista dos homens. Essa memória tem sido (re)produzida, nas práticas e discursos, no âmbito do movimento sindical, bem como pela produção científico-acadêmica dominante sobre o tema da luta pela terra e dos conflitos agrários na região.

Ainda que escassos, existem trabalhos que tratam das experiências das mulheres camponesas, especialmente no contexto da luta posseira que se desenvolveu, predominantemente, nas décadas de 1970 e 1980. Neste contexto, a ocupação da terra é realizada predominantemente pelos homens, mas as mulheres assumem uma polivalência de tarefas na reprodução da família e no enfrentamento dos conflitos decorrentes da luta pela terra (BEZERRA, 2008; PEREIRA, 2013). Além da escassez de produção científico-acadêmica sobre as mulheres na luta pela terra no período referido, ocorre praticamente uma ausência de trabalhos que tratem de sua participação e pontos de vistas no deslocamento da luta posseira para a luta sem terra (PEREIRA, 2013). Desde meados da década de 1990, as práticas e identidades na luta pela terra no sudeste do Pará têm se transformado, especialmente pela presença e ressignificação de práticas político-pedagógicas do Movimento dos Sem Terra e da interlocução com a política de reforma agrária do governo federal.

Este trabalho está organizado em duas partes. Na primeira, tratamos da metodologia adotada no processo da pesquisa. Na segunda, realizamos uma contextualização da luta pela terra no sudeste do Pará abordando as narrativas orais das mulheres liderança camponesas do MTTR, e as dinâmicas de identidade vivenciadas na luta pela/na terra.

## **1 Metodologia**

No desenvolvimento do plano de trabalho “experiência das mulheres na luta pela/na terra no sudeste do Pará” inserido no projeto de pesquisa “História das mulheres do campo: memórias e identidades na luta pela/na terra no sudeste do Pará” adotamos a metodologia da história oral e pesquisa documental.

---

<sup>4</sup> Na continuidade do trabalho faremos referência a nossa entrevistada como dona Nicinha.

A história oral trata-se de um procedimento metodológico pertinente, especialmente, quando nos dirigimos a sujeitos em contextos sociais sem registros escritos suficientemente amplos que possam ser fontes de dados “A historia oral é uma metodologia primorosa voltada a produção de narrativas como fontes de conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2006, p. 44). E torna-se mais relevante por possibilitar a abordagem da heterogeneidade das vivências e pontos de vistas dos sujeitos individuais e coletivos, por exemplo, para tratar as experiências das mulheres na luta pela terra.

Na presente pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevista temática, abordando a trajetória de vida das entrevistadas seguida de um roteiro aberto, mas com questões previamente elaboradas. Realizamos duas entrevistas: dona Zefa<sup>5</sup>, dona Nicinha<sup>6</sup> e uma terceira entrevista a da dona Joelma<sup>7</sup>, foi cedida pelo pesquisador Airton Pereira dos Reis. Que foram gravada (registro de áudio) e transcrita e será objeto de análise neste trabalho.

As narrativas das nossas entrevistadas se constituem a fonte fundamental desse trabalho. Elas relatam os acontecimentos conforme a memória que possui daqueles de que fez parte, assim como recorre à memória do grupo social do qual faz parte. Portanto, a memória é um recurso fundamental no desenvolvimento deste estudo, “isso significa que a história oral das mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória” (SALVATICI, 2005, p. 36).

Ela se constitui como um conjunto de elementos que compõem a auto reflexão de cada pessoa em seu contexto de vida. Os espaços vitais e a maneira como cada pessoa se insere nele, enfrenta desafios e se empenha para garantir a sua sobrevivência e de modo a estar no mundo fazem com que aconteça uma reconstituição do próprio ser neste espaço. Cada mudança nas relações sociais em que a pessoa se encontra ou passa a se relacionar com outras se torna fator preponderante na reconstrução e seleção de aspectos constitutivos do modo de ser e viver, portanto, lembrar e esquecer “As narrativas, tais os lugares da memoria, são instrumentos importantes de preservação e transmissão de heranças identitárias e tradições. São de acordo com Costa e Botelho

---

<sup>5</sup> Convidada para trabalhar no STR de Itupiranga, aceita e permanece por dois mandatos, logo depois entra na FETAGRI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará) e fica por dois mandatos também. Sempre assumindo a Secretaria de Gênero.

<sup>6</sup> Foi presidente do STR de Rondon, assumiu secretaria de assalariado do STR e atualmente assume a secretaria de mulheres do STR de Rondon.

<sup>7</sup> Foi presidente do STR de Rondon, quando a entrevista foi realizada era presidente da FETAGRI e atualmente é presidente do STR de Rondon.

(2001), modos de traduzir o social”. (DELGADO, 2006, p. 43). Podemos dizer que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva” (POLLAK, 1992, p. 204). Trata-se de um processo que não termina nunca.

Na pesquisa documental foram feitas leituras bibliográficas dos temas ligados a nossa pesquisa: PEREIRA, BEZERRA, CUCHE, SCOTT, DELGADO, SILVA, POLLAK, VELHO e outros. E levantamento de documentos na Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) que nos ajudaram com informações referentes ao nosso tema.

## **2 “Porque no Pará a riqueza era para uns e para outros não”**

Ao longo das últimas décadas os conflitos pelas disputas de terras no sudeste paraense tem sido um verdadeiro terror para as famílias camponesas, passando por vários tipos de agressões, ameaças e assassinatos etc.

Esses conflitos vividos no sudeste paraense são produtos da política de colonização da Amazônia brasileira no período dos governos militares que atraiu milhares de trabalhadores para essa região. Esses trabalhadores migravam à procura de trabalho, mas, sobretudo, de terra. Assim pessoas com interesses muito diversificados passaram a procurar pela região. A política de terras do governo federal era acompanhada de outras políticas para atrair pessoas e investimentos.

A partir da década de setenta os trabalhadores que vieram em função da colonização da Amazônia e não foram assentados, vão passar a ocupar diversas propriedades. Esses trabalhadores que migram, seduzidos pelas políticas de desenvolvimento da ditadura militar, vão se instalar em diversas áreas da região, chegam e não encontram terras, e passam a ocupar diversas propriedades, gerando alguns conflitos na região. Portanto, segundo Bezerra:

Esse contexto propiciou a existência de um cenário de conflitos sociais graves, mas possibilitou o estabelecimento de relações de alteridade, em um cenário onde a posse e o controle da terra e dos recursos naturais foram alvos de interesses distintos, onde para uns, essa região era terra de trabalho e para outros, terra de negócio, acumulação e enriquecimento. (BEZERRA, 2008, p. 26)

O sudeste paraense passou então a ser palco de conflitos intensivos, pelo enfrentamento entre trabalhadores rurais apoiados, dentre outros atores, especialmente pela Igreja Católica, contra empresários apoiados pelo Estado para garantir a posse da

terra, com a ajuda da polícia para expulsar os trabalhadores e sindicalistas “Porque no Pará a riqueza era para uns e para outros não” (dona Joelma). Assim, a violência se torna uma constante. Nem as mulheres nem as crianças eram poupadas sendo espancadas, estupradas e mortas, por também enfrentarem jagunços, para lutar na defesa da terra e da família, como evidencia Pereira:

Embora muitos grupos de posseiros tenham sido formados, no primeiro momento das ocupações, só por homens, muitas mulheres estavam lá fazendo parte do confronto armado. Elas não só ajudavam os homens nos serviços das roças, nas construções de casas e nas reuniões, mas foram também vítimas da violência não só porque viram os seus esposos, filhos, pais e amigos sendo torturados e assassinados, mas porque foram estupradas, espancadas e também assassinadas. (PEREIRA, 2012, p. 137).

Nas últimas décadas esses conflitos permanecem intensos nessa região com massacres e chacinas contra garimpeiros e camponeses (Chacina da Ubá, Massacre de Eldorado dos Carajás, dentre outros) e assassinatos seletivos de lideranças, como Zé Claudio e Maria do Espírito Santo, o sindicalista Dezinho em Rondon do Pará esposo de Dona Joelma uma de nossas entrevistadas, dentre outros (Ribamar Francisco dos Santos, Domingos dos Santos Silva, Adelaide Molinari Religiosa [...]). Rondon do Pará é um espaço de conflitos históricos entre fazendeiros e empresários contra trabalhadores rurais e sindicalistas que lutam contra o trabalho escravo e pela posse da terra “porque a gente ver que [o trabalhador] vive lá sendo escravo de fazendeiros e da serraria, é que, os grandões eles não querem ser incomodados” (dona Nicinha). A luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para garantir condições de vida digna (terra, trabalho, saúde, educação) tem gerado inúmeros conflitos no sudeste paraense: “Aí, eu só sei que foi muito enfrentamento, eu recebi visita no sindicato de fazendeiro ir lá e dizer qual era o projeto dele, me enfrentar, dizer que não tinha medo” (Dona Joelma). E os sindicalistas que ousam lutar a favor desses trabalhadores são ameaçados, perseguidos e algumas vezes mortos. A participação das mulheres na luta pela terra perpassa inúmeros enfrentamentos como relata dona Joelma:

Então todo enfrentamento, a minha casa ser depredada, rodar ali caminhonete preta e apontar pra minha casa várias vezes, pessoa ir dentro do sindicato pra me matar, além de todos os recados que receber os telefonemas de ameaça dizendo o preço da minha morte, e dizer que iam tirar uma pessoa de perto de mim. Quando mataram o Ribamar que era um parceiro muito combativo também que tava sempre presente comigo nas lutas.

As tensões vividas hoje no sudeste paraense envolvem homens e mulheres. A inserção das mulheres nas diretorias dos movimentos tem sido um espaço de afirmação e reafirmação na busca pelo espaço no campo político, nas lutas contra a exploração e

expropriação de trabalhadores (a). A violência contra essas mulheres totaliza-se a outras tantas. A violência praticada contra uma sindicalista tornam essas questões mais emblemáticas, fazendo com que outras mulheres tenham certa relutância quanto a se sindicalizar e ou assumir cargos nas direções. “Devido essa questão de ameaça né, as mulheres elas não querem muito ficar na frente de coordenação” (dona Nicinha). A inclusão das mulheres na direção do STTRs de Rondon do Pará ocorre após a morte de Dezinho.

[...] porque muitas vezes pelo fato da gente ser mulher, ainda mais a questão da direção do sindicato de Rondon, você sabe que os homens eles não quiseram ficar na frente, devido todos os assassinatos que tem tanta violência que eles se recuam, mas a gente sente assim, quando a gente vai coloca as proposta que a gente sente assim uma discriminação só porque nós somos mulheres (Dona Nicinha).

A história das mulheres líderes camponesas que participam da luta política pela/na terra no sudeste do Pará constitui uma trajetória marcada por atos de violência e um cotidiano de muitas tensões:

Quando eu tô na igreja tem momentos quando as coisas tã com muitos problemas muitas ameaças pra mim, eu não sei se eu oro ou se eu tô aqui com o pensamento “quem vai chegar aqui dentro da igreja?” (dona Joelma).

[...] em fevereiro, início de fevereiro, lá pro dia quatro, dia seis de fevereiro o Ribamar foi assassinado, e de lá pra cá eu não tive mais sossego, telefone, eu sofri ameaça por telefone, era no telefone fixo, era no meu celular, pessoas que via alguém falar coisas, vizinho que via o cara parar carro na minha porta e diversas vezes, muito coisas eu vivia numa tensão muito grande (dona Nicinha).

Além de enfrentar esses conflitos/tensões pela luta da terra as mulheres são envolvidas em tensões dentro dos próprios sindicatos em que atuam em decorrência das relações de gênero: “muitas vezes a gente vê mais a discriminação é nos que tá mais próximo da gente, muitas vezes que trabalha junto e quer ser autoritário, não quer por ser mulher que fale” (dona Nicinha).

As mulheres camponesas estavam em um espaço em que as relações apareciam como sendo quase que imutáveis e justificadas como sendo decorrentes da natureza humana. Mas as mulheres líderes camponesas estão rompendo com essa cultura de papéis cristalizados. Por isso, é preciso ressaltar a relevância da questão de gênero enquanto a constituição de um conjunto de elementos que distinguem homens e mulheres na vida social, cultural e política, e para Scott (1995) em duas definições “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primaria de dar significado às relações de poder”. A desigualdade do gênero é aparente. Em muitos casos, como no

caso de Rondon, pode ocorrer que as necessidades da luta tornam a participação das mulheres como algo necessário, mas “[...] tem companheiro que não valoriza, que não acredita, acho que não confia nas mulheres, acho que não confia, acha que se fosse um homem ia fazer um serviço melhor” (dona Nicinha). Porém, a mudança de mentalidade não ocorre com a mesma intensidade e mesma abrangência.

Como já vimos, as mulheres estão tomando parte nas lutas e a sua participação nos sindicatos vem crescendo. Por muito tempo as mulheres foram impossibilitadas de assumir cargos nas direções do STTRs: “Naquele tempo a mulher era dependente. O marido se associava ao sindicato e a mulher já encostava” (dona Joelma). Para os homens, a ação na sociedade é tida como natural e obrigatória, enquanto que, para as mulheres, a ação na sociedade é concebida como sendo imprópria e indesejável, pois, durante séculos ela ficou restringida aos espaços domésticos, e, isto ficou sendo parte da concepção estabelecida sobre a mulher, como aquelas pessoas que deve ficar limitada ao lar. Por isso, a educação sexista não motiva as mulheres à vida pública, por exemplo, para a ocupação de cargos públicos ou de direção de organizações coletivas.

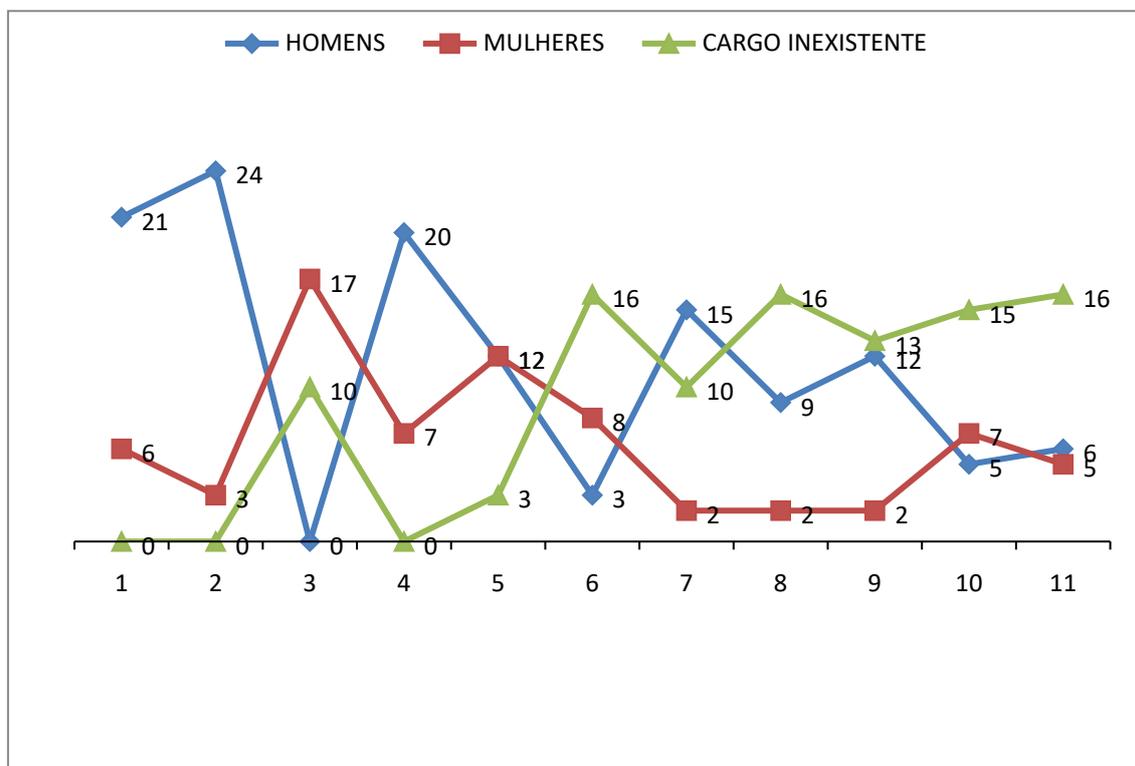
Vários são os fatores que têm levado a ampliação da sindicalização feminina no meio rural. Entre estes, possivelmente têm contribuído a entrada dos questionamentos de gênero, sobretudo a partir da década de 1980 e com maior “força” nas duas últimas décadas no MSTTR, o que proporcionou uma movimentação de incentivo pela sindicalização das mulheres e pelo requerimento de documentos pessoais como o CPF, carteira de identidade, título eleitoral em várias regiões do país [...] De acordo com Giuliani (2004) no meio rural, a autoridade do pai ou do marido, extrapola o espaço doméstico e muitas vezes se impõe, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. Portella, Silva e Ferreira (2004) nos diz que até meados dos anos 80 o movimento sindical rural apenas aceitava a sindicalização de homens, eles eram considerados os produtores e, portanto os verdadeiros trabalhadores que tinham direitos a se organizar em favor de seus direitos. No caso das mulheres, o trabalho agrícola realizado por elas, por ser considerado “ajuda” e por ser subsidiário das atividades domésticas, não eram reconhecidas pelos dirigentes sindicais. É possível imaginar as dificuldades vivenciadas pelas trabalhadoras para ter o direito de se sindicalizar... (PORTELLA apud BEZERRA, 2008, p. 43).

É muito comum que as diferenças de gênero sejam tomadas como justificativas naturais para as diferenças de tarefas atribuídas a cada ser enquanto homem ou mulher. A divisão do trabalho entre os sexos passou, com o tempo, a ser concebida como sendo proveniente da natureza.

No sudeste do Pará, segundo Bezerra (2008) a primeira mulher a ser presidente de sindicato foi dona Maria de Jesus em Jacundá na década de 1980. Mas nos últimos anos as mulheres estão ligadas a assumirem cargos de secretarias, mas especificamente

a secretaria de Gênero. De acordo com nossas pesquisas, podemos perceber que todas as secretarias de gêneros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) do sudeste do Pará e da FETAGRI da região Carajás<sup>8</sup>são compostas por mulheres.

### 1. GRAFICO DIREÇÃO ATUAL DOS STTRs DA REGIAO CARAJÁS.



Podemos perceber nesse gráfico que há uma predominância de homens nos cargos de presidência e vice-presidência, e os cargos destinados as mulheres estão mais ligados a secretarias, mesmo assim essas secretarias são compostas em sua maioria por homens. Isso porque de acordo com Dona Zefa.

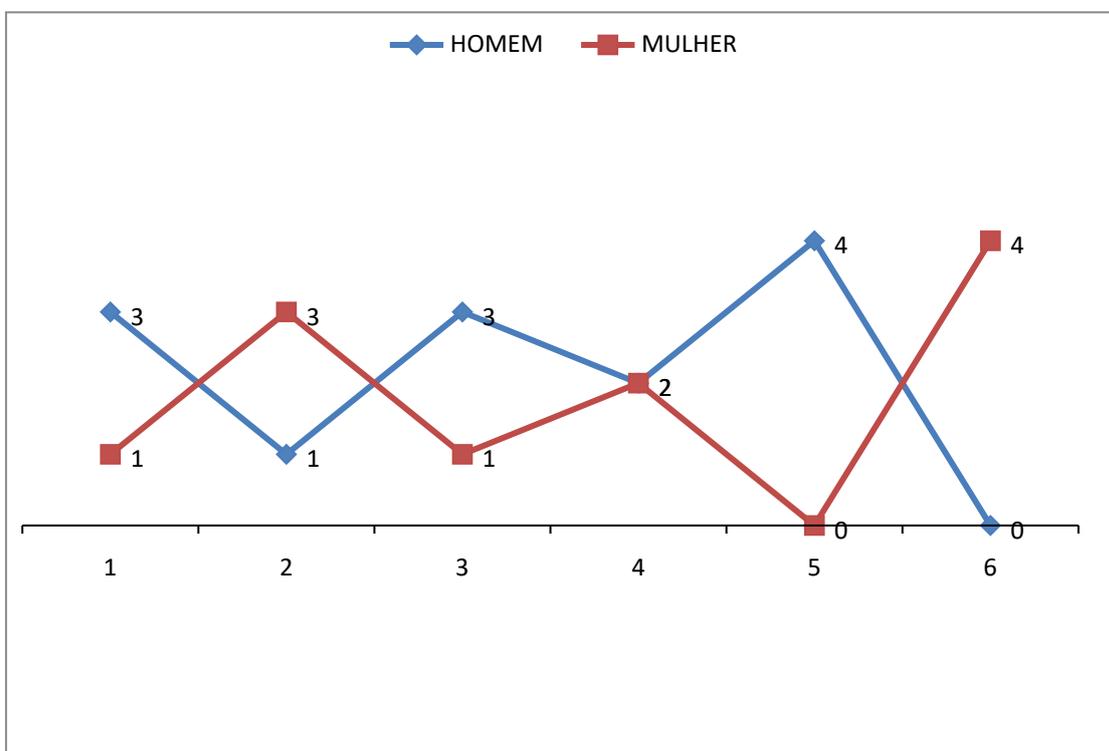
[...] a mulher dentro do movimento tá ainda muito, é muito discriminada pelos homens, se não tivesse cota mulher nem falava, como tem essa cota de 30% a mulher ainda tem a voz lá dentro, ainda fala alguma coisa, ainda tem como ficar na diretoria e se não tivesse a mulher nem essa oportunidade não tinha.

Podemos perceber na fala de dona Zefa que se não fosse a conquista da cota de 30%, as mulheres não teriam direito nem a fala, mais difícil ainda seria se candidatar a cargos de

<sup>8</sup> No documento consultado o que a FETAGRI chama de região do Carajás é toda área de abrangência do sudeste do Pará, compreendendo os seguintes municípios: Agua Azul do Norte, Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Bannach, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Pau D'Arco, Redenção, Rondon do Pará, Rio Maria, São Feliz do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São Joao do Araguaia, Santana do Araguaia, Tucumã, Tucuruí, Xinguara.

direção. E dona Zefa ressalta “que não existe nem trinta por cento, [...]. Então existe essa luta pra gente tá passando e ser reconhecida”.

## 2. GRAFICO DAS ULTIMAS QUATRO DIREÇÕES DA FETAGRI (2002-2016)



Nesse gráfico mais uma vez existe uma predominância dos homens nos cargos de presidência. Na FETAGRI existe uma diferença quanto à posição assumida em relação à vice-presidência que estão mais ligadas às mulheres.

As mulheres começam a ocupar cargos de presidência, vice e outras secretarias, mas isso não é suficiente para elas serem reconhecidas “eu acho que o reconhecimento ainda tá pouco pras mulheres” (dona Zefa). E na fala dela esse reconhecimento pode ser conquistado através da paridade “eu acho que tem que chegar a 50% mesmo pras mulheres, porque é meio a meio”.

A presença das mulheres nos STTRs ainda é vista com muitos preconceitos.

Mas o preconceito é muito grande ainda hoje aqui tem, ainda hoje tem esse tipo de preconceito, quando é pra ir pra um encontro do sindicato aí só vai as mulher mermo porque tem a cota das mulheres, porque se não fosse, não ia não, aí fica escolhe fulano de tal, e vai dizendo o nome, dizendo o nome, aí quando a gente vai uma e diz: e mulher, cadê a cota das mulheres aí? -“ ah tem que tirar fulano pra botar mulher umbora escolher as mulheres” (dona Zefa).

## 2.1 Dinâmicas de identidade

Por que só quem sabe é quem vive toda essa história, e não é simplesmente algo que aconteceu lá no passado, isso é muito presente (dona Joelma).

A história é totalizada por homens e mulheres, mas determinadas histórias perdem-se, porque a história oficial tem sido injusta, emudecido alguns sujeitos sociais. No caso das mulheres, “seus relatos foram silenciados por não terem espaço no discurso público: as vozes femininas foram confinadas a esfera privada” (SALVATICI, 2005, p. 34). O silenciamento da história das mulheres não é dado pela não participação da mesma nas lutas, mas porque a história da sociedade é uma história marcada por atos de discriminação deixando a mulher como subalterna. Assim o “uso da memória nesse trabalho contribui na percepção e entendimento de que a invisibilidade da participação feminina não é mero esquecimento casual e sim fruto de uma memória que além de social é culturalmente construída” (BEZERRA, 2008, p. 24).

A construção da memória e “a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que a memória é um fenômeno constituído” (POLLAK, 1992, p. 204). A fala de dona Joelma traz uma preocupação das tensões vividas pelo seu marido dentro do sindicato, que ela não compreendia: “Como ele iria arriscar a sua vida com a tamanha situação, com os filhos todos pequenos, como ele iria arriscar a vida por tantas pessoas? Então eu não compreendia”.

Dona Joelma reelabora sua compreensão quando se constitui liderança e os espaços coletivos em que passa a atuar exigem dela exposição de ideias e exteriorização de sua presença, “uma coisa é você acompanhar a pessoa que tá na linha de frente, você tá no projeto de defesa, vamos dizer assim apoiando, a outra coisa é você ir pra linha de frente já com todos esses acontecimentos” (dona Joelma). Nestas circunstâncias, o reposicionamento dos vínculos assumidos com o grupo social, em novas interações e papéis, expõe a narradora a novas experiências e exigências de identidade reconhecimento, pois, conforme Cuche (2002, p. 183) “Deve-se considerar que a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior de trocar sociais”.

Quando foi o convite dos trabalhadores aí “só quem pode levar esse trabalho é a Joelma”. Eu pensei muito. Eu pensei muito e foi muita resistência por parte de meus filhos porque como era que nós estávamos a um ano e meio do assassinato do Dezinho, como eu iria me envolver, porque sempre tinha a fala do Dezinho. (dona Joelma).

Romper com estes limites não é coisa que acontece facilmente. Trata-se de um aprendizado que precisa ser feito nos momentos imediatos com a urgência da atuação e conflitos a eles inerentes. É algo que não fez parte do aprendizado familiar nem dos ambientes formais de educação. A urgência de soluções de problemas vitais leva as pessoas a construir coisas novas conforme as relações sociais que vão estabelecendo.

Foram as condições de vida, as necessidades de se empenhar pela interferência neste contexto e as interações construídas que fizeram com que dona Joelma e dona Zefa procurassem articular uma fala muito diferente daquela que lhes era atribuída e reservada naquele contexto social, onde “aqueles que possuem como direito próprio ou delegado, o poder de dizer a palavra que se apresenta como conhecimento legítimo e necessário e que, portanto, consagra uma ordem social que, por sua vez garante a “verdade” e o poder da palavra legítima”(BRANDÃO, 2006, p. 13). As suas palavras tiveram que ser constituídas e as suas pronúncias precisaram ter um lugar conquistado. Não lhes foi gratuitamente concedido: “aí eu não falava nada ficava só ouvindo, aí nesse meu ouvindo eu fui aprendendo e aprendendo e aprendendo mais e mais, aprendi com o tempo mesmo dentro do movimento, foi que eu aprendi a me soltar” (dona Zefa).

Os novos desafios que elas passaram a enfrentar lhes trouxeram novos desafios sociais e pessoais, fazendo com que a suas identidades passasse por um processo de transformação a partir do que elas mesmas foram realizando ao enfrentar a vida. “E quando saiu os primeiros projetos de assentamento, isso foi uma revolução, eu era chamada da mulher revolucionaria, que veio pra revolucionar Rondon do Pará que entrava numa nova era, uma mudança” (dona Joelma).

“É evidente que existe uma básica diferença entre uma identidade, socialmente já dada, seja étnica, familiar etc. e uma adquirida em função de uma trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas” (VELHO, 2003, p.97). A construção e reformulação dessas identidades se associam a uma nova fala. Uma fala com conteúdo de relevância social e com as marcas dos conflitos e dos interesses de uma figura humana envolvida em interesses sociais. “Porque eu acho que a gente tem que denunciar mesmo, se a gente quer viver, eu sempre tenho colocado a minha cara a tapa pra isso, compreendendo que a sociedade não pensa igual, mas eu tenho que denunciar” (dona Joelma).

Primeiramente a identidade não é uma essência: não é um dado ou um fato\_ seja da natureza, seja da cultura a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, a identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado podemos dizer que a

identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2008, p. 97).

### **Para não concluir**

Com a análise das narrativas de nossas entrevistadas, percebemos que as mulheres líderes camponesas do sudeste do Pará, ocupam diversas funções, e enfrentam diversas situações, são donas de casa, mãe, sindicalistas, trabalhadoras rurais, assumiram o papel de “pai” quando o marido morre ou se separam. O desempenho dessas mulheres na luta pela/na terra as fizeram emergir como lideranças em um espaço marcado por uma cultura conservadora que naturaliza e reservava o espaço doméstico a mulher, enquanto ao homem é destinado o espaço público. A maioria dos pronunciamentos e dos escritos sobre a mulher é predominantemente marcados pelos conteúdos tradicionais.

As mulheres camponesas assumiram um papel fundamental nas lutas e enfrentamentos pela terra no sudeste do Pará. Contudo esse espaço de lutas e enfrentamentos na conquista pela terra as fizeram emergir como lideranças, mas isso se deu e se dá muito lentamente por causa das tensões também com os próprios companheiros de luta. Uma vez que os homens estão destinados a assumirem cargos de direção, ficando as secretarias para as mulheres, mas principalmente a secretaria de gênero.

A participação das mulheres em Rondon do Pará após a morte de Dezinho foi fundamental e decisiva na organização do sindicato e na conquista dos assentamentos. Mas a desvalorização da atuação delas ainda é uma constante.

A entrada no movimento não as tira do lugar de mãe, esposa, dona de casa etc. Quando elas passam de expectadoras dos processos sociais para se tornar mais uma agente social, a sua memória passa a dar maior relevância a aspectos da vida que passavam mais distantes. Elas estão envolvidas, são agentes interessadas nos rumos sociais. A restrição ao ambiente doméstico deixa de ser uma virtude decorrente de uma espécie de condição natural para ser entendida como uma limitação imposta por padrões sociais e culturais.

A mulher nesta sociedade é um ser de palavra restrita e reservada a um ambiente de pouca abrangência e de pouca relevância para um mundo de valores díspares na distribuição de destaques para os seres e para as suas vidas individuais e sociais. A sua identidade precisa de passar por uma série de modificações e a sua palavra somente surge com a conquista de um espaço de fala de modo que possa ser ouvida e respeitada.

## Referências

ALBUQUERQUE, Josefa Sousa e Silva. Entrevista Oral [gravada] realizada por Idelma Santiago da Silva e Kezia Vieira de Sousa. PA Grande Vitória, Marabá, 27 nov. 2013. 1h53min.

BEZERRA, Rosemayre lima. **Mulheres posseiras**: uma história de luta silenciada. Trabalho de Conclusão de curso (licenciatura e bacharel em ciências sociais), Pará, Universidade Federal do Pará, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

COSTA, Maria Joel Dias. Entrevista Oral [gravada] realizada por Airton Pereira dos Reis. Centro de Cabanagem, Marabá, 31 out. 2011. 1h47min.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, EDUSC, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FETAGRI, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará. Atas das eleições e posse STTRs região do Carajás. 20014.

FETAGRI, Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará Regional Sudeste. Atas das eleições e posse da regional da FETAGRI sudeste. 20014.

JESUS, Zudemir dos santos. Entrevista Oral [gravada] realizada por Airton pereira dos Reis e Kezia Vieira de Sousa. UNIFESSPA, Marabá, 22 mar. 2014. 1h12min.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. **Historia oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra**: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará. Tese (Pós-Graduação em história), Pará, Universidade Federal do Pará, 2008.

PEÇANHA, Delma, MEDEIROS, Leonilde. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Brasília: MPA, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: SILVA, Alcione L. da, LAGO, Mara Coelho de S. e RAMOS, Tânia Regina O. (Orgs.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

SCOTT, Joan W. “Historia das mulheres”. In: BURKE, Peter. **A escrita da historia: novas perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SALVATICI, Silva. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Tradução de Luiz Antonio R. R. Campos. **História Oral**, v.8, n.1, p.29-42, jan-jun. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, vozes, 2008.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.